

-----**ACTA N.º 3/2010**-----

-----Aos vinte dias do mês de Janeiro de dois mil e dez, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Maria Margarida Gonçalves Amaro, Técnica Superior.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por perguntar ao Senhor Presidente qual era a relação político/laboral entre o Senhor José Albano e a Câmara Municipal.-----

-----Pretendeu também ser esclarecido se as obras que estão a decorrer na Ratoeira, junto à GALP estão licenciadas.-----

-----Quis ainda saber porque é que a proposta de deliberação que tinha apresentado sobre a recuperação das fachadas e coberturas da Aldeia Histórica de Linhares da Beira ainda não tinha sido agendada.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que não existe nenhuma relação político/laboral entre o Senhor Dr. José Albano e a Câmara Municipal. Relativamente às obras informou que existe um projecto de licenciamento que se encontra aprovado. -----

-----No que diz respeito à Aldeia Histórica de Linhares da Beira o assunto está ser estudado pelos técnicos do Município, que estão a reunir toda a documentação relativa a esse assunto.-----

-----Tendo o Senhor **Vereador Júlio Santos** retorquido que a proposta é sua e como tal quem faz a sua apresentação será ele e não os técnicos do Município. -----

-----Nesta sequência o Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Júlio Santos seja presente à próxima reunião do Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** fez ainda uma referência às actas, para dizer que não é transcrito o que se passa nas reuniões, mais parecendo que existe um lápis azul, que altera o que foi dito ou que alguém lá passa a alterar o que foi escrito e que o melhor é passarem a ser gravadas.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que as funcionárias que trabalham nesta secção lhe merecem todo o crédito e são profissionais irrepreensíveis. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** fez novamente referência ao blogue do MAJUSP para dizer que parece que os Senhores do MAJUSP estiveram presentes na última reunião de Câmara, uma vez que descrevem o que aconteceu em pormenor. -----

-----Disse uma vez mais que não percebe porque falam sempre e só na sua pessoa quando existem outros envolvidos, nomeadamente pessoas com acusações de três crimes e com ligações directas ao Vereador de Proximidade do MAJUSP. -----

-----Disse que se via obrigado a usar as reuniões do Executivo para fazer estes considerandos, porque não conseguia comentar e defender a sua posição nos *posts* escritos no referido blogue. Disse ainda que quem administra o blogue deveria ser mais exigente, porque os comentários estão cheios de erros e de inverdades. -----

-----Por último, voltou a dizer que tenham a coragem de falar dos outros arguidos e não só visar a sua pessoa, denegrindo a sua imagem. -----

-----De seguida o Senhor **Presidente da Câmara** solicitou a presença da Eng.<sup>a</sup> Delfina, para esclarecer o Senhores Vereadores, nomeadamente o Senhor Vereador Victor Santos, por ter sido por ele levantada a questão, sobre a situação das Piscinas Municipais. -----

-----A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> esclareceu que o estudo geotécnico elaborado pelo Instituto Politécnico da Guarda já tinha sido recepcionado e apresentava as soluções para a resolução dos problemas dos dois tanques, tendo feito um resumo das mesmas. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que era frequentador do espaço e verificou que o programa informático não permitia que fosse feito o pagamento em mensalidades, tendo que efectuar o pagamento por utilização, disse que também já tinha reparado que existem funcionários a mais, que andam pelo espaço, sem terem nada para fazer, dizendo que pensa que seria útil fazer a sua reafecção a outros serviços. -----

-----  
-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o programa está a funcionar mas atendendo ao facto de a frequência ter diminuído nos últimos meses, adoptaram esta metodologia, por considerarem que era a mais indicada. Relativamente aos funcionários informou que três dessas pessoas já foram encaminhadas para outros equipamentos, havendo já, actualmente uma diminuição de pessoal. -----  
-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu ainda saber, face ao estudo apresentado, qual o tempo previsível para a execução dos trabalhos e posterior reabertura do equipamento. Tendo a técnica respondido que os mesmos seriam efectuadas e concluídas durante os meses de Inverno. -----  
-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que a conclusão do relatório não aponta para nenhuma questão em termos geológicos. Alertou para o facto de o projecto ter sido corrigido em obra pelos técnicos do GAT da Guarda, que podem ajudar na resolução deste problema, porque conhecem o projecto e as suas alterações. -----  
-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que os técnicos do GAT já tinham visitado a estrutura, mas também, embora na altura tenham feito o acompanhamento da obra, desconhecem certas situações que foram objecto de intervenção na altura. -----  
-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o Executivo tomou a decisão de encerrar as piscinas municipais, por uma questão de segurança dos seus utentes. -----  
-----

-----**ORDEM DO DIA**-----  
-----

-----I - **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZ** -----

-----Foi presente a acta número dois, da reunião ordinária do Executivo de onze, de Janeiro, de dois mil e dez, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----II - **SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO:**           **PROGRAMA           DE           REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIO DE DÍVIDAS DO ESTADO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património datada de doze de Janeiro de dois mil e dez, que anexa os contratos relativos ao programa supra mencionado, nomeadamente o contrato com a Caixa Geral de Depósitos no valor de 2.511.933,00€ e o contrato com a Direcção Geral do Tesouro no valor de 1.674.622,00€, documento que se anexa à acta (**anexo I**), cujas cláusulas contratuais devem ser aceites em reunião de Executivo. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor **Vereador António Silva** que fez a apresentação do assunto. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por questionar qual era o valor do encargo mensal e, em termos de orçamento, pretendeu também saber quais seriam as alterações, para fazer face a esta despesa. -----

-----Em resposta o Senhor **Vereador António Silva** disse que o valor do encargo mensal resulta do estipulado por portaria no PRED, estando mencionado nos contratos, sendo o cálculo efectuado por divisor de anos e afectação das taxas descritas no contrato. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que lamenta a forma displicente como o Senhor Vereador António Silva trata os Vereadores, ficando mesmo estupefacto com tanta estupidez natural. -----

-----De seguida requereu o seguinte: “Requeiro informação sobre o encargo mensal e quais as despesas que vão ser afectadas em termos de orçamento, bem como, quais os critérios definidos para pagamento aos fornecedores da Câmara Municipal”. -----

-----Questionou também se nesta relação existem facturas que já tinham sido pagas, tendo o Senhor Vereador António Silva respondido que não. ----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** requereu certidão da acta sobre este ponto. -----

-----Questionou ainda se existe alguma hipótese de os fornecedores pedirem juros de mora à autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** respondeu que é um direito que lhes assiste e que Câmara negocea essas situações com os fornecedores. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou ainda se foi proposto por este Executivo a alguns fornecedores do Concelho o pagamento por *factoring*. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que a Câmara não propõe nenhum *factoring*, estes são instrumentos que as instituições bancárias colocam à disposição dos clientes e por norma são os fornecedores que propõem essas situações e não o contrário, não existindo encargos financeiros para a autarquia, sendo estes *factorings* sem recurso. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos e quatro votos a favor, aprovar as cláusulas contratuais referentes aos empréstimos com a Caixa Geral de**

**Depósitos no valor de 2.511.933,00€ e com a Direcção Geral do Tesouro no valor de 1.674.622,00€ -----**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos:** -----

-----Vou votar a favor esta proposta, porquanto considero que é a mesma importante para a regularização das dívidas desta Câmara Municipal, apesar das dúvidas que me suscita a capacidade da autarquia honrar as obrigações previstas nos protocolos que vamos votar. -----

-----De seguida requereu que lhe fossem entregues os critérios de pagamento a fornecedores definidos na EMCEL. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----Voto contra, esta proposta, porquanto considero que o estado calamitoso a que as finanças do município chegaram durante a gestão do anterior Executivo, mandato 2005/2009 provam a saciedade, a incompetência do referido Executivo, em termos de gastos correntes, cerca de 4 milhões de euros em dívida a fornecedores é obra. -----

-----Os anteriores Executivos são permanentemente zurzidos pelos eleitos pelo PS e todas as críticas da má gestão que têm feito os actuais são atribuídas aos anteriores Executivos. Era bom que o especialista em Contabilidade do actual Executivo fosse aos arquivos e verificasse os mandatos de 1993 a 2001, para perceber como era gerir bem, não ter dívidas e fazer obras relevantes e estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. -----

-----Com efeito a dívida da Câmara de Celorico em 2001 era, na totalidade 4,5 milhões de euros (950 mil contos), em empréstimos titulados e 1 milhão de euros a fornecedores, no total de 5,5 milhões de euros. Ora é sabido que durante o mandato para além das pequenas obras foram feitas

grandes obras de que o actual Executivo quer fazer querer que lhe devem ser creditadas. -----

-----Durante oito anos investiram-se cerca de 8 milhões de contos neste Concelho e a dívida era de 1 milhão. Durante os últimos quatro anos o investimento da Câmara foi uma ninharia e só as dívidas a fornecedores estão na ordem dos 4 milhões de euros. -----

-----Grande gestão, esta, e grandes méritos do Senhor Vereador do Pelouro Financeiro.-----

-----**III - LOCALVISÃO TV**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA COMERCIAL E DE PATROCÍNIO**-----

-----Foi presente proposta comercial e de patrocínio da Localvisão TV, cujo projecto assenta numa plataforma de gestão de conteúdos audiovisuais, com 308 canais autónomos, proposta que se anexa (**anexo II**), solicitando ao Município uma verba de patrocínio, comparticipação e aquisição de espaço televisivo, de acordo com a tabela nacional, de 1000€/mensais (12 000€/ano).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta colocando-a à apreciação e discussão dos restantes membros do Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que o Município tinha acabado de aderir ao Programa de Regularização de Dívidas do Estado, que vai onerar o futuro do Concelho e não lhe parece que este projecto seja uma prioridade face à actual situação financeira do município.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que esta proposta tinha aspectos positivos, designadamente a questão da divulgação, mas efectivamente o valor é elevado face ao que é proposto. ---



-----Referiu que deverá haver uma negociação com esta empresa, de forma a procurarem valores mais modestos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que partilha da opinião do Senhor Vereador Victor Santos e do Senhor Vereador António Silva, uma vez que os valores apresentados não são suportáveis face à actual situação financeira da autarquia, sendo da opinião que deveria a autarquia apresentar uma contra proposta com valores mais baixos. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto a favor do Senhor Vereador Júlio Santos e quatro votos contra, não aceitar a proposta apresentada pela Localvisão TV, por considerar o valor excessivo.**-----

-----**IV - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO** -----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2010** -----

-----**Requerente: Termoliquid - Refrigeração, Venda e Assistência Técnica, Lda** -----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 15/2010, com o registo n.º 115, datada de 12/01/2010, referindo que o requerente pretende a renovação para o ano de 2010 de um lugar de estacionamento privativo com a área de 11,25m<sup>2</sup> localizado na Rua do Picoto, em Celorico da Beira. -

-----Informa que tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, no seu artigo 44.º e 45.º não há qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Em conformidade com o regulamento referido, o lugar privado de estacionamento solicitado implica o pagamento, de uma taxa no valor de 221,70€ (11,25m<sup>2</sup> x 1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo). -----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2010 o lugar de estacionamento**

privativo à firma Termoliquid – Refrigeração, Venda e Assistência Técnica, localizado na Rua do Picoto, em Celorico da Beira implicando o pagamento da taxa no valor de 221,70€ (11,25m<sup>2</sup>x1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo).-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2010**-----

-----**Requerente: Maria de Lurdes Prata Pina Monteiro - Decorações Prata Monteiro**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 16/2010, com o registo n.º 117, datada de 12/01/2010, referindo que a requerente pretende a renovação para o ano de 2010 de um lugar de estacionamento privativo, com a área de 9,00m<sup>2</sup> localizado na Rua Senhora da Graça, em Celorico da Beira, de apoio ao comércio Decorações Prata Monteiro. -----

-----Informa que tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, no seu artigo 44º e 45º não há qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Em conformidade com o regulamento referido, o lugar privado de estacionamento solicitado implica o pagamento, de uma taxa no valor de 177,96€ (9,00m<sup>2</sup>x1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo). -----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2010 o lugar de estacionamento privativo à requerente, Maria de Lurdes Prata Pinto Monteiro, localizado na Rua Senhora da Graça, em Celorico da Beira, de apoio ao comércio Decorações Prata Monteiro, implicando o pagamento, de uma taxa no valor de 177,96€ (9,00m<sup>2</sup>x1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo).**-----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE HORÁRIO EM SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, JUNTO AO CENTRO CULTURAL**-----

-----**Local: Avenida da Corredoura**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 23/2010, com o registo de entrada n.º 214, datada de 20/1/2010, referindo que pretendendo a Câmara Municipal que os alunos possam sair dos Transportes Escolares junto ao estabelecimento de ensino (Escola EB 2,3 Sacadura Cabral), deverá ser retirado o painel adicional com o horário aprovado em 8/9/2005, mantendo-se o sinal C15 (proibido estacionar) e o painel adicional “Excepto transportes escolares” e ser aprovado e colocado um sinal H20c (paragem de veículos afectos ao transporte de crianças). -----

-----**Após análise da informação técnica, a Câmara deliberou por unanimidade, retirar o painel adicional com o horário e aprovar a paragem de veículos afectos ao transporte de crianças, junto ao Centro Cultural.** -----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2010**-----

-----**Requerente: Escola de Condução G. Gomes - Ensino Automobilístico G. Gomes, Lda**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 1/2010, com o registo n.º 38, datada de 6/01/2010, referindo que a requerente pretende a renovação para o ano de 2010 de um lugar de estacionamento privativo, com a área de 17,50m<sup>2</sup> localizado na Rua do Picoto, em Celorico da Beira. -----

-----Informa que tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, no seu artigo 44º e 45º não há qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Em conformidade com o regulamento referido, o lugar privado de estacionamento solicitado implica o pagamento, de uma taxa no valor de 343,20€ (17,50m<sup>2</sup>x1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo). -----

-----Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2010 o lugar de estacionamento privativo à firma, Ensino Automobilístico G. Gomes, Lda., localizado na Rua do Picoto, em Celorico da Beira, implicando o pagamento, de uma taxa no valor de 343,20€ (17,50m<sup>2</sup>x1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo).-----

-----**ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA III COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN14/2010, com registo de entrada n.º 89, datada de 8/1/2010, dando conhecimento que nos termos do artigo 22.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira, a III Comissão Municipal de Toponímia do Concelho de Celorico da Beira será representada pelos seguintes elementos:-----

-----Representante do Executivo Camarário: Eng. José Francisco Gomes Monteiro;-----

-----Representante dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbanística: Eng.<sup>a</sup> Carla Fátima Lopes Nabais;-----

-----Representante dos CTT: Sr. António Marcelino Tavares;-----

-----Representantes da Comunidade Local: Prof. Joaquim António Viçoso Ferreira; Dr. António Joaquim Santana; Sr. Luís Gonzaga Pinto; Sr. Comandante Abel Augusto Sequeira Ribeiro; Sr. António Carlos Rosa e Sr. Luís Alberto de Jesus Pires Santos.-----

-----Representantes das Juntas de Freguesias:-----

-----Junta de Freguesia de Açores – Sr. Carlos Abel;-----

-----Junta de Freguesia do Baraçal – Sr. José Cardoso;-----

-----Junta de Freguesia da Carrapichana – Sr. José de Almeida Manso;---

-----Junta de Freguesia de Casas de Soeiro – Sr. Júlio da Cruz;-----

-----Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego – D. Isabel Maria Lopes;

-----Junta de Freguesia de Maçal do Chão – Sr. Daniel Cadete Antunes;--

-----Junta de Freguesia da Mesquitela – Sr. João da Silva Cardoso; -----  
-----Junta de Freguesia do Minhocal – Sr. José Francisco Gomes; -----  
-----Junta de Freguesia de Santa Maria – Sr. Silvano Fernandes da Silva;  
-----Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas – Sr. António José G.  
Martins. -----

-----Relativamente às Juntas de Freguesia informa que terminado o prazo  
para nomear os seus representantes (15 de Dezembro de 2009)  
responderam as 10 supra citadas, não tendo havido qualquer resposta por  
parte das restantes. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V - COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA** -----

-----**ASSUNTO: PROPOSTAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE  
TOPONÍMIA - APROVAÇÃO DA PLANTA DE TOPONÍMIA DA ALDEIA  
DO CADAFAZ E SOUTOMONINHO** -----

-----Foi presente informação datada de treze de Janeiro do corrente ano,  
em nome da Comissão Municipal de Toponímia de Celorico da Beira e que  
se anexa a esta acta (**anexo III**), referindo que tendo em consideração o  
Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho  
de Celorico da Beira vem a Comissão Municipal de Toponímia apresentar a  
Planta de Toponímia da Aldeia do Cadafaz e Soutomoninho. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que na sua opinião esta  
proposta deveria ser apreciada e apresentada pela Comissão de Toponímia  
ora eleita e não pela anterior. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que estas propostas  
estavam correctamente instruídas, tendo sido ouvidos todos os  
interessados, nomeadamente os Presidentes de Junta e uma vez que tinha

sido objecto de análise da Comissão de Toponímia em funções, tinha toda a lógica ser apresentada por esta.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a proposta apresentada pela Comissão Municipal de Toponímia referente à Planta de Toponímia do Cadafaz e Soutomoninho, no que respeita à toponímia a eliminar, a manter e a alterar, bem como, a aprovação dos novos arruamentos.**-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos:**-----

-----Voto contra, estas propostas porque entendo que sendo apresentada nesta reunião uma nova comissão de toponímia, considero que estas propostas deveriam ter sido sufragadas por esta nova comissão e não pela anterior.-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA - APROVAÇÃO DA PLANTA DE TOPONÍMIA DA ALDEIA DE MAÇAL DO CHÃO**-----

-----Foi presente informação datada de catorze de Janeiro do corrente ano, em nome da Comissão Municipal de Toponímia de Celorico da Beira e que se anexa a esta acta (**anexo IV**), referindo que tendo em consideração o Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira vem a Comissão Municipal de Toponímia apresentar a Planta de Toponímia da Aldeia do Maçal do Chão.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a proposta apresentada pela Comissão Municipal de Toponímia referente à Planta de Toponímia do Maçal do Chão, no que respeita à toponímia a eliminar, a manter e a alterar, bem como, a aprovação dos novos arruamentos. -**

-----  
-----**VI - PROTOCOLO DE ESTÁGIO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, o Protocolo de Estágio entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, que fica apenso a esta acta (**anexo V**), que tem como objectivo estabelecer, entre as duas entidades, as actividades a desenvolver pelo formando durante a formação prática em contexto laboral, relativo a três estagiários do Curso Profissional “Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as assinaturas do Protocolo entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira.**-----

-----**VII - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS CULTURAL E DESPORTIVA COM PROTECÇÃO À INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE VILA BOA DO MONDEGO**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente da Direcção, com o seguinte teor:-----

-----“Como é do seu conhecimento, foi inaugurado no dia 20 de Dezembro de 2009, com a presença da Sr.ª Ministra do Trabalho, o nosso Lar.---

-----As obras foram adjudicadas a uma empresa e o projecto foi feito pela Câmara. -----

-----Mas o projecto tinha erros por causa dos quais tiveram que ser feitos trabalhos a mais e não previstos no valor de 3.000€.-----

-----Esta Associação tem que pagar essa verba mas não tem como, pois a Câmara negou o aval que lhe foi solicitado e por isso não tivemos direito a crédito.-----

-----Porque sabemos que há dias foi aprovado o orçamento onde vem incluída verba para subsídios e que compete à Câmara atribuir subsídios a Instituições de Solidariedade Social que deles necessitem venho solicitar-lhe que proponha ao Executivo a que preside a atribuição do respectivo subsídio”.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que o ofício que instruía o pedido, não tinha cabeçalho que identificasse a instituição, estando o mesmo assinado pelo Presidente da Direcção, sem qualquer carimbo e com uma assinatura ininteligível.-----

-----Relativamente ao pedido e uma vez que era referenciado no mesmo erros no projecto, gostaria de saber a que projecto se referia, bem como quais foram os erros.-----

-----Disse ainda que responsabilizar os técnicos da autarquia por esses erros, quando os mesmos o fizeram gratuitamente parece-lhe abusivo, até porque este projecto foi apreciado por vários organismos e mesmo entidades certificadoras, que o aprovaram, se tinha erros não se percebe como tal aconteceu.-----

-----Mais uma vez reitera que esta instituição já foi sobejamente ajudada pela autarquia, não só pela execução do projecto que permitiu candidatar-se ao programa PARES, bem como de outras formas, por isso na sua opinião o pedido de subsídio é de indeferir.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que a Câmara ofereceu o projecto, mas os projectos podem ter falhas e omissões, que só em obra se detectam e são feitos acertos, portanto obviamente que interpretam o



projecto de acordo com a obra e é normal que assim aconteça, considera que ninguém está a colocar em causa a competência dos técnicos da autarquia. -----

-----Continuou dizendo que nenhuma alteração em obra foi feita sem ser de acordo com a fiscalização, talvez a fiscalização tenha elementos que ajudem a clarificar a situação, nomeadamente se existiram trabalhos a mais resultantes desses erros e omissões. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que como todas as outras instituições do Concelho, também esta deveria falar com o Executivo e debater o assunto, porque a postura da autarquia é a mesma para todas. -----

-----No entanto considera que é absurdo que o Director da Instituição, ao qual não se conhecem competências técnicas, venha dizer que o projecto tem erros, e se assim é porque não denunciou a situação na altura, em obra, para que pudessem ser corrigidos. -----

-----Disse ainda que fazendo uma retrospectiva desta obra, desde material que foi enviado para a obra e que não foi utilizado para esse fim e que desapareceu, há um pouco de tudo, se calhar a autarquia fez mais do que devia. -----

-----De seguida solicitou que os técnicos façam um levantamento de todo o material que foi para esta obra, em anteriores mandatos e entreguem esse documento aos Senhores Vereadores, bem como qual foi o valor do projecto oferecido pela autarquia e por último que seja também presente o relatório da fiscalização da obra. -----

-----Por último disse que corrobora da opinião do Senhor Presidente relativamente à atribuição do subsídio, bem como ao facto de todos os ofícios que são dirigidos à Câmara Municipal, devem estar correctamente identificados, com o carimbo e nome da instituição. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que no ofício estava descrito que a Câmara negou o aval que lhe foi solicitado inviabilizando que a instituição recorresse ao crédito. Pretendeu saber o porquê de tal ter acontecido. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a Câmara não tem que ser avalista de todas as instituições do Concelho, essa não é uma competência que lhe esteja atribuída. -----

-----A Câmara deliberou, com 3 votos contra, do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Luís Cabral e António Silva, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e um voto a favor do Senhor Vereador Júlio Santos, não atribuir o subsídio solicitado. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----Em função do Senhor Presidente da Câmara ter dito que a Câmara não tem que dar aval a todas as instituições do Concelho, continuo com a preocupação de arbitrariedade que manifesto na abstenção de votar a atribuição de subsídios, enquanto a Câmara não crie regulamentos que definam e balizem a forma como o Executivo atribui os subsídios. -----

#### -----**VIII - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

#### -----**ASSUNTO: SEGURO DOS ELEITOS LOCAIS DO ÓRGÃO EXECUTIVO**-----

-----No seguimento do solicitado em reunião do Executivo do dia 16/12/2009, foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, dando conhecimento que segundo a ANMP a única restrição quanto ao valor do seguro é a estabelecida no n.º 2, do artigo 17.º do Estatuto dos Eleitos Locais. -----

-----A Câmara tendo por base a informação técnica e o disposto no art. 17.º do Estatuto dos Eleitos Locais, deliberou aprovar o seguro dos eleitos locais dos membros da Câmara, nos termos e valores transcritos na presente informação.-----

-----**ASSUNTO: SIADAP 2010**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, com registo interno n.º 175 e datada de 15/1/2010, dando conhecimento que sendo ferramentas base do SIADAP a Missão, Visão e Carta de Missão com vista a servirem de fonte orientadora da fixação de objectivos, anexam proposta, que se anexa (**anexo VI**), para aprovação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Missão, Visão e Carta de Missão do Município de Celorico da Beira.-----

-----IX - **ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE APOIO AOS MAIS NECESSITADOS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara propôs que este assunto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, uma vez que o mesmo não tinha a informação do Gabinete de Acção Social, solicitada por seu despacho exarado no documento. -----

-----No entanto, o Senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação do ponto, referindo que esta instituição faz um trabalho louvável na ajuda de pessoas carenciadas no Concelho, funcionando como banco alimentar e suprimindo muitas das necessidades das famílias que necessitam deste tipo de apoios. -----

-----O Senhor Vereador **Victor Santos** disse que é louvável o Executivo apoiar as várias instituições do Concelho, mas, relativamente a esta

instituição em concreto, disse nada saber sobre a mesma e nada é dito no ofício ora apresentado, pelo que na sua opinião deveria o mesmo ter sido objecto de análise por parte do Gabinete de Acção Social do Município, porque na sua opinião, assim tal como se apresenta, cai na discricionariedade de se atribuir ou não subsídios, sem qualquer linha orientadora.-----

-----O Senhor Vereador **José Luís Cabral** informou que a instituição já desenvolve este tipo de apoios há algum tempo, contando para tal com ajudas de particulares, através de donativos, bem como do programa da segurança social, para este fim, contudo este programa só funciona em dois momentos do ano, que é manifestamente insuficiente face ao actual cenário de carência que infelizmente tem vindo a crescer no Concelho.-----

-----Informou ainda que as pessoas que recorrem a estas ajudas são indicadas pela Segurança Social, não é a Associação que discricionariamente as escolhe.-----

-----Disse que esta Associação é gerida por pessoas idóneas e que faz um trabalho louvável na ajuda a pessoas carenciadas do Concelho, que infelizmente caíram em situações não previstas, obrigando-as a recorrer a este tipo de apoios e neste pressuposto é da opinião que a autarquia deve apoiar quem trabalha em prol dos Celoricensenses.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade retirar o assunto da ordem de trabalhos.**-----

-----**X - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: REGULAMENTO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3518, datada de 10/10/2010, do Gabinete Jurídico dando conhecimento que da análise da Proposta de Regulamento do Conselho Coordenador de Avaliação, que se anexa à

presente acta (**anexo VI**) concluiu que se encontra elaborado no âmbito da legislação do SIADAP.-----

-----Face ao exposto e nos termos do n.º 6, do art. 21.º, do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, foi o presente regulamento presente a reunião do Executivo para aprovação. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Celorico da Beira.** -----

-----**XI - CENTRO CULTURAL "OS SERRANOS"** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO** -----

-----Foi presente ofício com entrada n.º 288, datado de 7/1/2010, do Centro Cultural “Os Serranos” a convidar o Executivo a estar presente nas comemorações do seu 25.º aniversário, que irá decorrer de 18 a 22 de Março de 2010. Dando conhecimento que nesta data irá decorrer a “Festa do Queijo da Serra”, solicitando para o efeito e à semelhança do ano passado, um subsídio de 1850€ -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se se justifica a participação da autarquia neste tipo de eventos e o que é que se tem conseguido com essa participação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a participação de Celorico neste evento, designadamente no ano passado foi muito produtiva, em primeiro lugar porque existe uma comunidade muito significativa de Celoricenses e Serranos nesta zona e depois porque se estabelecem contactos com as instituições locais, bem como a comunidade política, que potencia a divulgação do produto e da nossa região, bem como o debate de questões económicas e sociais. -----

-----A Câmara deliberou, com 3 votos a favor e 2 abstenções, dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos, atribuir um subsídio, no valor de 1850€, ao Centro Cultural “Os Serranos”, para a “Festa do Queijo Serra da Estrela”.-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----Abstenho-me na votação deste ponto, pelo facto de a atribuição deste subsídio ser em dinheiro, porque acho que a iniciativa é boa mas tem que servir para divulgar e promover o queijo de Celorico da Beira.-----

-----Convido o Senhor Presidente a contactar a Associação e contrapor-lhe que a atribuição do subsídio seja feita, de igual valor, em queijo de Celorico, de preferência certificado. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que a sua abstenção se ficou a dever a uma questão de coerência relativa à posição anteriormente tomada sobre a falta de critérios para a atribuição de subsídios. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a intervenção do Senhor Vereador Júlio Santos não se justifica, porque a proposta foi feita à Associação, mas por questões de logística, nomeadamente questões alfandegárias, o envio de queijo certificado de Celorico da Beira, poderá não ser possível, contudo ainda estão à espera de uma resposta que possa viabilizar o envio.-----

-----**XII - PROPOSTA DE SUBSÍDIOS A ATRIBUIR A CLUBES DESPORTIVOS – ÉPOCA 2009/2010**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Vice-Presidente relativa à atribuição de subsídios aos clubes desportivos do concelho, para a época de 2009/2010, relativos à prática de futebol, que se transcreve:-----

-----**Primeira Divisão Distrital**: -----

-----Sporting Clube Celoricense: 20.000€ -5.000€; -----

-----Centro Recreativo e Cultural da Lajeosa do Mondego: 20.000€; -----

-----**Segunda Divisão Distrital:** -----

-----Associação Desportiva, Recreativa e Cultural do Fornotelheiro:  
10.000€; -----

-----**Juvenis:** -----

-----Associação Desportiva, Recreativa e Cultural da Ratoeira: 2.500€; ----

-----**Iniciados:**-----

-----Sporting Clube Celoricense: 2500€; -----

-----**Femininos:**-----

-----Juniões Femininas de Futebol de 7 da Lajeosa do Mondego: 2.500€

-----Informa que relativamente ao subsídio a atribuir ao Sporting Clube Celoricense, já tinha sido atribuído um adiantamento de 5.000€ (12/10/2009), pelo que esse valor deverá ser subtraído ao valor a atribuir para esta época, sendo assim o valor do subsídio de 15.000€. -----

-----Mais informa que para liquidação das verbas atribuídas é obrigatório a apresentação por cada uma das Associações/Clubes, a certidões de não dívida à Segurança Social e Finanças, o relatório de actividades da época desportiva 2008/2009 e ainda o Plano de Actividades para a época 2009/2010.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 3 votos a favor, um contra, do Senhor Vereador Júlio Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir os subsídios transcrito para a presente acta e constantes da proposta apresentada aos clubes desportivos do concelho, para a época de 2009/2010, relativos à prática de futebol e mediante as condições descritas.** -----

-----**Declaração de voto do Senhor Vereador Júlio Santos:** -----

-----Voto contra a atribuição de subsídios ao Sporting Clube Celoricense e Centro Recreativo e Cultural da Lajeosa do Mondego, porquanto considero que os referidos clubes deveriam desistir da sua participação no

campeonato da corrente época, porquanto face aos resultados obtidos estão a envergonhar o Concelho. -----

-----De facto deveriam seguir o exemplo do Clube de Açores, pois dessa forma não envergonhavam o Concelho com os resultados desportivos que têm obtido. A Câmara Municipal deve apoiar a prática de desporto e por isso devia aumentar os subsídios às equipas que não pagam aos jogadores, caso do Fornotelheiro e fomentar a prática de desporto pelos jovens, incentivando o Sporting Celoricense e a Lajeosa a arranjar uma equipa de infantis e juniores, pois está visto que o futebol sénior nos moldes em que está a ser gerido pelas direcções desses dois clubes faliu. Por isso, proponho ao Senhor Presidente que traga como proposta à próxima reunião de Câmara (se assim o entender) nova proposta sem esses dois clubes e incentivamos a constituir uma comissão liquidatária das dívidas que têm até ao momento e ajudá-los a pagar.-----

-----Requeiro certidão do despacho que atribuiu o subsídio de 5.000€ ao Sporting Clube Celoricense em 12/10/2009. -----

-----Requeiro também certidão das deliberações referentes aos pontos 10 e 11 da acta da reunião do dia 11/01/2010. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que é do conhecimento de todos que actualmente se vive uma crise, que também se reflecte nestas actividades, no entanto quer louvar o comportamento e atitude de quem está à frente dos clubes do Concelho, bem como dos jogadores, que têm de os gerir em situações adversas e que tudo têm feito para se manterem nos campeonatos. -----

-----Referiu ainda que na época anterior o Sporting Celoricense subiu de divisão, mas, actualmente está a atravessar um momento menos bom, na sua opinião é nestes momentos que a autarquia deve ajudar e apoiar. -----

-----Realçou ainda que da intervenção anterior do Senhor Vereador Júlio Santos – que o Celoricense e a Lajeosa deviam desistir - a melhor proposta



seria então de eliminar todas as equipas, porque assim deixaria de haver necessidade de atribuir subsídios. -----

-----Disse que a política de proliferação de clubes e o estado do futebol no Concelho teve como protagonista o actual Vereador Júlio Santos, que na altura pensou que deveriam aparecer clubes como cogumelos, mas ainda bem que actualmente reconhece que errou nessa política. A política às vezes tem destas coisas. Uma vez dá jeito, outras não.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que no que diz respeito aos clubes da Lajeosa e de Celorico de Beira é evidente que o Senhor Vereador Júlio Santos é leigo na matéria. Em primeiro lugar porque as equipas da 1.ª divisão têm despesas maiores, designadamente inscrição dos jogadores, inspecções médicas, policiamento e arbitragem, independentemente dos resultados que obtenham, frisando que o que define um clube não são as vitórias, mas sim a prática de desporto. -----

-----Referiu que os montantes dos subsídios ora propostos são somente para despesas correntes, das quais os clubes no final da época apresentam os respectivos comprovativos.-----

-----**XIII - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AUXÍLIO ECONÓMICO PARA MANUAIS ESCOLARES**-----

-----Foi presente informação interna n.º 169, do Gabinete de Acção Social, datada de 15/01/2010, referindo que foi solicitado a este Município auxílio económico para manuais escolares de um aluno do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que por lapso não constava da listagem enviada para aprovação na reunião de Câmara do pretérito dia 11. -----

-----Após análise dos processos à luz do Despacho n.º 18987/2009, artigo 8.º, n.º 1, o escalão de apoio em que o agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Assim os encarregados de educação

fizeram prova do seu posicionamento nos escalões de atribuição de abono de família. -----

-----Nos termos do referido despacho, artigo 8.º, n.º 2 têm direito a beneficiar dos apoios previstos no despacho, os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º, escalões de rendimentos determinados para efeitos de atribuição de abono de família. -----

-----Face ao exposto o Gabinete de Acção Social entende que este agregado deverá ser apoiado, de acordo com o respectivo posicionamento no escalão. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos, prestar auxílio económico para a aquisição dos manuais escolares do aluno, constante da informação técnica, que pertencente ao agregado familiar integrado no 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição de abono de família.** -----

-----**XIV - PEDIDO DE INSPECÇÃO DA IGAL – INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Vice-Presidente a propor que o Executivo delibere no sentido de solicitar à IGAL – Inspeção Geral da Administração Local, uma inspecção à Câmara Municipal de Celorico da Beira e Empresa Municipal Celoricense. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual o âmbito da inspecção e quais os motivos que levaram o Senhor Vice-Presidente a formular esta proposta, uma vez que na última reunião, votou contra o mesmo pedido apresentado pelo Vereador Júlio Santos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que quando numa reunião de Câmara é apresentada uma proposta a mesma deve ser

fundamentada, o que não foi o caso. No entanto, a mesma foi objecto de análise por parte do Executivo em exercício, tendo decidido que deveriam avançar com a proposta, porque de facto nada têm a esconder relativamente à gestão das duas instituições em causa. Quem não deve não teme. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à IGAL uma inspecção à Câmara Municipal de Celorico da Beira e Empresa Municipal Celoricense.** -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e vinte minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. ---  
-----  
-----